ISSN: 2358-8829

AS CONTRIBUIÇÕES DA LEI Nº 14.681 PARA A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ATENÇÃO AO SERVIDOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO NA GRE VALE DO CAPIBARIBE

Júlia Albuquerque Aguiar Interaminense Costa [1]
Mariane Laís Matias de Araújo [2]

INTRODUÇÃO

A valorização dos profissionais da educação e a promoção da saúde no trabalho constituem dimensões fundamentais para a construção de condições laborais saudáveis e para a garantia da qualidade da educação pública. O trabalho, enquanto determinante social do processo saúde-doença, pode constituir simultaneamente fonte de realização pessoal e fator de risco para o adoecimento, especialmente quando associado à precarização das condições de trabalho, relações interpessoais conflituosas e processos de desvalorização profissional (Hennington, 2024; Santos, 2020).

Estudos com profissionais da educação evidenciam a correlação entre bem-estar, saúde psicológica e física, satisfação no trabalho e o equilíbrio entre a vida profissional e privada (Sousa, 2025), enquanto organismos e instituições voltados à saúde do trabalhador da educação destacam agravos como transtornos mentais, distúrbios da voz e situações de violência relacionadas à organização (Fundacentro, 2023).

Nesse contexto, a Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, configura-se como um marco normativo estabelecendo diretrizes voltadas

[1]Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pós-graduada em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP-PE, pós-graduada em Serviço Social na Educação pela Faculdade de Minas - FACUMINAS-MG, pós-graduanda em Pedagogia Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, asjuliaalbuquerque12@gmail.com;
[2]Graduada em Psicologia pela UNIFAVIP/WYDEN, pós-graduada em Neuropsicologia pela Faculdade Única de Ipatinga, pós-graduada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade Novoeste, marianearaujopsico@gmail.com.

à construção de relações interpessoais saudáveis no trabalho, à participação dos trabalhadores, à implementação de medidas de proteção à saúde integral, de educação permanente e trocas de experiências, de desenvolvimento pessoal e profissional e ao equilíbrio entre atividades laborais, cuidados com a saúde e vida pessoal (Brasil, 2023).

Em Pernambuco, essas instruções dialogam com a Política de Atenção Integral à Saúde do Servidor (PAISS), implementada pela Secretaria de Educação (SE) desde 2008 e desenvolvida por meio dos Núcleos de Atenção ao Servidor (NAS). Na Gerência Regional de Educação (GRE) Vale do Capibaribe, com sede no município de Limoeiro e jurisdição em 16 municípios, comportando 37 unidades escolares, o NAS foi implantado no ano de 2010, cujo serviço "preza pela transversalidade de conteúdo em todas as ações, partindo dos eixos: promoção à saúde, prevenção de danos e relações de trabalho saudáveis" (Pernambuco, 2022).

O presente estudo, de natureza qualitativa e descritiva, constitui um relato de experiência acerca das iniciativas de promoção da saúde e prevenção de agravos junto aos servidores da GRE Vale do Capibaribe, e tem como objetivo analisar a aplicação da Lei nº 14.681 no âmbito de atuação do NAS, bem como os aprendizados decorrentes das ações coletivas como estratégias de potencialização de promoção da saúde e vivências de bem-estar no trabalho. O estudo busca evidenciar como essas atividades convergem para as condições recomendadas pela política de bem-estar e valorização profissional, no período compreendido entre setembro de 2023 e janeiro de 2026.

A sistematização da experiência partiu da observação dos processos de trabalho e da análise dos registros institucionais do Núcleo, assim como dos documentos que normatizam suas competências e atribuições na SE/PE, articuladas aos estudos sobre a saúde dos trabalhadores da educação. Os referenciais teóricos selecionados consideraram relações entre condições de trabalho e saúde, fatores de risco e proteção, processos de formação e transformação do trabalho.

Os resultados indicaram ampliação da participação, da adesão às vivências de bem-estar e de engajamento nas práticas de troca de saberes, fortalecendo a articulação entre desenvolvimento de competências individuais e organizacionais. Conclui-se que foi possível identificar o escopo da Lei nº 14.681 nos objetivos e atividades dos projetos analisados e ratificar as ações coletivas como estratégia metodológica para ampliar espaços de reflexão, consciência crítica e corresponsabilidade, possibilitando abordar as

demandas de saúde de forma integrada. Ressalta-se que os achados possuem caráter contextual, circunscrito à realidade da GRE Vale do Capibaribe.

METODOLOGIA

O estudo compreendeu o levantamento e a análise de registros institucionais produzidos pelo NAS e pelo Núcleo de Monitoramento (NMAS) SE/PE, incluindo a revisão de planos de ação, relatórios de monitoramento e avaliação referentes aos meses de setembro de 2023 a janeiro de 2026, e de documentos técnicos que regulamentam o funcionamento e os procedimentos dos NAS na SE/PE, como a Portaria SE Nº 7091 de 12 de agosto de 2010, a Instrução de Serviço Nº 17/ 2016, constituindo-se as principais fontes de informação para a organização dos dados.

A análise da experiência foi fundamentada por referenciais relacionados à saúde do trabalhador da educação, considerando quatro eixos analíticos: as condições de trabalho e suas repercussões sobre a saúde; os fatores de risco e proteção relacionados ao adoecimento; a relação entre saúde, trabalho e qualidade de vida; e os processos de formação e transformação do trabalho como prática educativa e política. Para essa análise, foram reunidas as contribuições de Santos, Espinosa e Marcon (2020), Fundacentro (2023), Haikal et al. (2023), Hennington, Santos e Pascheb (2024) e Sousa (2025).

O objeto de estudo foi delimitado às ações coletivas de promoção da saúde e prevenção de agravos desenvolvidas pelo NAS junto aos servidores, selecionadas por possibilitarem abordagens ampliadas e participativas, através de rodas de diálogo, oficinas, mesas-redondas e entrevistas conversacionais. Nesse recorte, foram analisadas ações coletivas realizadas tanto no âmbito da GRE Vale do Capibaribe quanto das escolas, por meio do NAS itinerante, articulando projetos permanentes e campanhas de saúde.

Entre os projetos, destacaram-se o Vale Comunicar**,** direcionado às relações interpessoais no trabalho com foco na ética, bem-estar e comunicação não violenta, e prevenção do assédio e do adoecimento mental; o Vale Movimentar, com ações voltadas ao estímulo de atividades físicas e de lazer e do cuidado com a saúde; e o Pod Vale**,** o podcast que tem por objetivo disseminar informações sobre saúde e segurança no trabalho e valorização dos profissionais da educação. Integraram ainda as campanhas de Saúde Vocal e Comunicativa, Saúde da Mulher e Saúde do Trabalhador**,** desenvolvidas de acordo com os temas de chamamento público pelos órgãos de saúde e as necessidades

ISSN: 2358-8829

identificadas na instituição. A análise buscou identificar, a partir dos eixos analíticos, de que modo as diretrizes e os objetivos estabelecidos pela Lei nº 14.681 se expressam no planejamento e na execução desses projetos e campanhas de saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Hennington (2024) "o trabalho não é uma ação isolada para subsistência; é parte de uma cadeia reprodutiva e produtiva, que afeta o indivíduo, o ambiente e a vida de todos", condição complexa que o caracteriza como um importante determinante social no processo saúde-doença, reconhecendo-o numa relação dinâmica, porque sócio histórica, onde o trabalho carrega uma contradição central: ele é, por natureza, a atividade que define a essência humana e gera realização pessoal, mas, sob o modo de produção capitalista, transforma-se em um vetor de alienação e adoecimento**.**

Nesse sentido, condições de saúde, condições de trabalho, contexto social e subjetividade devem ser percebidos de forma interligada para se inferir a qualidade de vida, que pode ser compreendida como "a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (World Health Organization apud Santos, 2020).

Em relação aos efeitos do trabalho nas condições de saúde dos profissionais da Educação, estudo publicado na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [2023] apontou que entre professores da educação básica incide a predisposição ao aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). As informações foram coletadas em pesquisa aplicada em Minas Gerais com 745 participantes, sendo 83% de mulheres, 81% com até 49 anos e 60% que se percebiam insatisfeitos com o trabalho. Os resultados indicaram fatores de risco e de proteção para DCNT:

> em relação ao sexo, uma maior prevalência de fatores de risco relacionados aos hábitos e medidas antropométricas para os homens e de sintomas relacionados à saúde mental para as mulheres. Considerando a idade, os professores mais velhos apresentaram menor prevalência de burnout e maior comprometimento da saúde física, mesmo apresentando, também, maiores prevalências de comportamentos de proteção para DCNT. Em relação ao contentamento com o trabalho, os professores insatisfeitos apresentaram maiores prevalências de comportamentos de risco, como abuso da internet, sintomas relacionados à saúde mental, sedentarismo e baixa realização de exames preventivos (Haikal, 2023).

ISSN: 2358-8829

Discussões promovidas pela Fundação de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) no IV Seminário Trabalho e Saúde dos Professores [2023], sediado em São Paulo, divulgaram que os problemas que mais afetam professores são transtornos mentais, entre eles o burnout e o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) associados à organização e às condições de trabalho; a violência na e da escola, que situa o Brasil no primeiro lugar em ranking global de agressões ao professor, sob a justificativa de que a escola reflete todos os problemas da sociedade; e os distúrbios de voz, com destaque de agravos por questões ambientais, e prevalência em mulheres (Fundacentro, 2023).

Quanto às condições objetivas e subjetivas, Santos (2020) resume que "condições precárias de trabalho e o sentimento de desvalorização perante a sociedade podem predispor a problemas físicos e psíquicos entre profissionais de educação". Portanto, esses fatores impactam não apenas a qualidade de vida individual, mas também os processos pedagógicos, a permanência no serviço público e a efetividade das políticas educacionais.

Nesse cenário, a Lei 14.681 surge para estabelecer responsabilidades às instituições públicas quanto à formulação de planos de qualidade de vida no trabalho, para o cumprimento dos seguintes objetivos: promover a saúde integral por meio de ações que potencializem os fatores de proteção organizacionais, pessoais e sociais; fomentar a formação continuada na perspectiva do aperfeiçoamento das competências pessoais e profissionais; promover autonomia, participação ativa com vistas a incentivar a corresponsabilidade, a criatividade e a inovação; estabelecer a importância do bem-estar, do lazer e da vida social; e, reduzir os índices de absenteísmo e presenteísmo decorrentes de problemas de saúde (Brasil, 2023).

Quanto ao objetivo de promover a participação ativa se destaca, à luz da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), que as ações considerem e articulem "o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais" (Brasil, 2012), de modo que sejam facilitadoras das relações de empoderamento nos processos de trabalho. Este processo formativo, horizontal e democrático, é o espaço que Hennington (2024) defende o poder da educação e sua relação com a política:

> "Pela formação, o trabalhador pode tanto compreender as significações que legitimam a produção de riquezas pela exploração do trabalho como se preparar para se interrogar sobre essas significações, abrindo passagem para pensar e experimentar outros processos de trabalho e de organização social que

> melhor respondam às necessidades (de vida plena) dos trabalhadores (Hennington, 2024).

Diante do exposto, o referencial teórico corrobora a compreensão de que a promoção da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores da educação não se restringe à prevenção de agravos individuais. O ambiente e as práticas escolares revelam que o trabalho se estrutura como uma cadeia reprodutiva e produtiva, na qual as dimensões econômicas, sociais e subjetivas se interligam e determinam como o indivíduo afeta o meio e é afetado por ele, tanto no sentido ontológico, onde o trabalho atua como elemento central na construção da sua identidade e dignidade humana, quanto no sentido predatório, em que as exigências institucionais consomem a vitalidade do educador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Instrução de Serviço SE nº 17/2016, as ações coletivas fazem parte dos procedimentos de atendimento ao servidor no âmbito da atenção integral à saúde do trabalhador da SE/PE. As propostas de cada Regional, incluindo atividades de assistência, educação em saúde, formação, promoção da saúde e prevenção de agravos são guiadas por um plano de ação único, mas considerando as especificidades locais. As ações coletivas consistem em espaços orientados à escuta, ao diálogo, à reflexão, à construção coletiva de conhecimentos e práticas e ao fortalecimento de vínculos. Essas ações dialogam diretamente com o campo da Saúde do Trabalhador ao reconhecer que o adoecimento é determinado por processos coletivos relacionados à organização do trabalho, às relações interpessoais e às condições laborais (Hennington, 2024; Santos, 2020).

A formatação de rodas de diálogo, oficinas, mesas redondas e entrevistas conversacionais foi proposta para favorecer a participação ativa no debate de temas de interesse coletivo e da própria Lei 14.681 que, através do Projeto Vale Comunicar, foi divulgada nas escolas, no período de setembro de 2023 à janeiro de 2026. Durante os encontros formativos, que são de caráter contínuo, os servidores pontuaram com ênfase sobre: habilidades e limitações relacionais, situações de violência simbólica e explícita, sobrecarga de trabalho e déficit de bem-estar. Ao abordar prevenção de adoecimento mental, em consonância com evidências da elevada prevalência de transtornos mentais entre profissionais da educação, os grupos mencionaram sentimentos de perda de

propósito, de identidade pessoal e profissional, afastamentos para tratamento do transtorno de ansiedade e burnout, reforçando a importância da prevenção e da rede de apoio, e a potencialização de fatores de proteção organizacional, pessoal e social previstas na Política de Bem-estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (Fundacentro, 2023; Brasil, 2023).

Neste período o NAS implementou também o Projeto Vale Movimentar como ação de estímulo à vida fisicamente ativa, à alimentação saudável, ao lazer e às práticas sociais. Essa iniciativa coaduna com dados que apontam o sedentarismo, práticas deletérias na alimentação e o abuso da internet como fatores de risco para DCNT entre professores, estabelecendo a importância do bem-estar no trabalho, do lazer e da vida social especialmente através de experiências lúdicas, culturais, esportivas e práticas integrativas complementares, como preconiza a Lei 14.681 (Haikal, 2023; Brasil, 2023).

As intervenções por meio do Projeto PODVALE, experiência de promoção de diálogos sobre saúde, segurança e valorização dos servidores, juntamente às campanhas de saúde do trabalhador, saúde vocal e comunicativa, saúde da mulher e saúde do homem buscaram abordar as especificidades de gênero e de riscos ocupacionais, incentivando o cuidado em saúde, a imunização e realização de exames preventivos, e assim, mobilizando ao envolvimento e à corresponsabilidade proposta pela legislação em pauta.

A Campanha da Voz, além de abordar um dos agravos mais recorrentes entre professores, especialmente entre mulheres, perpassou por áreas da psicodinâmica vocal e da perspectiva das vozes sociais com vistas à reflexão das competências comunicativas. Essas vivências dialógicas se alinham às recomendações de Hennington (2024) no aspecto subjetivo e político-social, quanto à importância da comunicação e da formação contínua como instrumentos de transformação dos processos de trabalho, e às diretrizes da referida política quanto à orientação de protocolos para mitigar riscos e agravos à saúde dos profissionais da educação (Haikal, 2023; Brasil, 2023; Fundacentro, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência desenvolvida pelo NAS na GRE Vale do Capibaribe evidenciou que a promoção da saúde e a valorização dos profissionais da educação demandam uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, reconhecendo que o

adoecimento é produzido na interação entre dimensões pessoais, sociais e coletivas, incluídas as condições e a organização do trabalho, e as relações interpessoais.

No âmbito das relações interpessoais, o Projeto Vale Comunicar constituiu uma estratégia de sensibilização para o fortalecimento de fatores de proteção organizacionais, pessoais e sociais, ao abordar desafios relacionais e prevenção de conflitos a partir da mediação, da comunicação não violenta e da construção de vínculos seguros.

Quanto ao equilíbrio entre atividades profissionais e vida pessoal, ambos os Projetos Vale Comunicar e Vale Movimentar ampliaram a compreensão de saúde ao incorporar o bem-estar, o lazer, a convivência e a vida social como dimensões relevantes da qualidade de vida no trabalho. As experiências lúdicas e de integração grupal constituíram, nesse sentido, possibilidades de fortalecimento dos vínculos e de valorização de dimensões da vida que ultrapassam o espaço laboral, reafirmando a indissociabilidade entre saúde, trabalho e vida social.

No quesito de orientação sobre riscos e agravos relacionados ao trabalho e para a disseminação de atitudes e protocolos de proteção e prevenção, as campanhas de saúde, particularmente a Campanha de Saúde Vocal e Comunicativa e as Campanhas de Saúde Mental, articuladas aos episódios de podcast – o PODVALE, ampliaram as possibilidades de circulação de informações e mobilização dos servidores, utilizando temas do calendário social e de saúde como dispositivos de aproximação, sensibilização e incentivo à autonomia e à corresponsabilidade no cuidado.

De modo transversal, as ações analisadas favoreceram a troca de experiências e de saberes entre os participantes, fortalecendo a participação ativa e ampliando os espaços de reflexão sobre o trabalho e suas repercussões na saúde.

Como contribuição para a comunidade científica e para a gestão educacional, o relato sistematiza uma experiência institucional que pode subsidiar o desenvolvimento e a investigação de estratégias coletivas de promoção da saúde em outros contextos de trabalho educacional. A experiência aponta possibilidades de análise e aplicação empírica que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras, especialmente quanto aos efeitos das ações coletivas sobre fatores de proteção, relações interpessoais, participação dos trabalhadores, prevenção do adoecimento e qualidade de vida no trabalho.

Estudos comparativos entre diferentes Gerências Regionais e redes de ensino, bem como investigações que acompanhem longitudinalmente os resultados dessas estratégias,

poderão contribuir para ampliar as evidências sobre a implementação da Lei nº 14.681 e sobre os modos de produzir ambientes de trabalho mais saudáveis.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Lei nº 14.681, Bem-estar e qualidade de vida no trabalho, Valorização dos profissionais da educação

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos à SE/PE e à GRE Vale do Capibaribe pelo apoio institucional na efetivação e divulgação da PAISS.

Agradecemos ao NMAS/SE-PE pelas orientações técnicas que subsidiam o planejamento, a organização e o desenvolvimento das ações, assim como pelas orientações éticas que protegem e cuidam dos trabalhadores que ocupam o NAS.

À Gerente da GRE Vale do Capibaribe, Profª Ana Xavier, expressamos nosso especial reconhecimento pelo apoio às iniciativas voltadas à promoção do bem-estar, à saúde e à valorização dos profissionais da educação, bem como pelo incentivo de produções científicas para socializar conhecimentos, experiências e tecnologias da SE/PE.

Estendemos, ainda, nosso reconhecimento a todos os servidores da GRE Vale do Capibaribe que participaram das ações coletivas, cuja disponibilidade e cooperação foram fundamentais para a materialização da atenção integral à saúde do servidor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023.** Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF, 2012.

FUNDACENTRO. **Professores enfrentam transtornos mentais, distúrbios de voz e violência.** Brasília, DF: Fundacentro, 2023.

HAIKAL, Desiree Sant'Ana et al. **Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis entre professores da educação básica.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 48, e24, 2023.

HENNINGTON, Élid Azevedo; SANTOS, Gideon Borges dos; PASCHE, Dário Frederico. **Dez anos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e os desafios da formação para (trans)formação do trabalho.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 49, e2, 2024.

PERNAMBUCO. **Instrução de Serviço SE nº 17, de 2016.** Recife, 2016.

PERNAMBUCO. **Portaria nº 7.091, de 12 de agosto de 2010.** Recife, 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Relatório: Implantação e Consolidação da Política de Atenção Integral à Saúde do Servidor da SE/PE - PAISS.** SUASE/NMAS, 2022.

SANTOS, Ediálida Costa.; ESPINOSA, Mariano. Martínez.; MARCON, Samira. Reschetti. **Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 33, 2020.

SOUSA, Ana Paula. **Pesquisa mostra que professores/as possuem predisposição ao aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis.** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Brasília, DF, fev. 2025.